



1362066

491433/2020



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
Gabinete da Ministra

OFÍCIO N.º 6910/2020/GM.MMFDH/MMFDH

Brasília, 5 de outubro de 2020.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Edifício Principal
70.160-900 Brasília-DF

*primeira.secretaria@camara.gov.br***Assunto: Requerimentos de Informação nº 995/2020 e nº 1.001/2020.**

Senhora Primeira-Secretária,

1. Cumprimentando-a cordialmente, reporto-me ao Ofício 1ªSec/RI/E/nº 1423 (1320546), dessa procedência, que trata dos Requerimentos de Informação nº 995/2020 (1320547) e nº 1.001/2020 (1320548), para informar que a demanda foi objeto de análise de Unidades desta Pasta, que, em resposta, apresentaram as informações contidas nos expedientes abaixo relacionados, as quais encaminho para conhecimento e prosseguimentos:

Requerimento de Informação	Resposta
nº 995/2020 (1320547)	Ofício nº 1412/2020/GAB.SNPIR/SNPIR/MMFDH (1344914)
nº 1.001/2020 (1320548)	Ofício nº 271/2020/CGD/SNPG/MMFDH (1364799)

2. Ao ensejo, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

DAMARES REGINA ALVES
Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos



Documento assinado eletronicamente por **Damare Regina Alves, Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**, em 05/10/2020, às 18:45, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1362066** e o código CRC **90AEFDC1**.



Referência: Caso responda este ofício, indicar expressamente o Processo nº 491433/2020

SEI nº 1362066

Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 9º Andar - Zona Cívica-Administrativa - Telefone: 6120273900
CEP 70054-906 - Brasília/DF - <http://www.mdh.gov.br> - E-mail para resposta: protocolo@mdh.gov.br



1364799

491433/2020



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
Secretaria Nacional de Proteção Global
Coordenação-Geral de Desaparecidos

OFÍCIO N.º 271/2020/CGD/SNPG/MMFDH

Brasília, 29 de setembro de 2020.

À Senhora

ELIZABETH CARNEIRO

Chefe de Assessoria Parlamentar

Assunto: Requerimento de Informação nº 1.001/2020, da Deputada Natália Bonavides

Senhora Chefe,

Cumprimentando-a cordialmente, e em atenção ao Ofício-Circular nº 57/2020/ASPAR/GM.MMFDH/MMFDH (SEI-1322720), transmito as respostas aos questionamentos encaminhados pela Câmara dos Deputados.

De modo introdutório, informo que esta Presidência assumiu a CEMDP em 01 de agosto de 2019 e, em nenhum momento, recebeu por parte da antiga Presidente, qualquer relatório de atividades ou de necessidades que apontassem para a continuidade de suas ações.

O que vimos foram inúmeras tentativas de deixar o presente assunto aberto *ad eternum*, sem o ânimo de encaminhar os trabalhos da Comissão para uma finalização, tal como prevê o art. 13 da Lei nº 9.140/95. Ao contrário, foram provocados inúmeros gastos públicos sem previsão legal e inúmeros procedimentos para reconhecimento de pessoas sem, ao menos, haver requerimento tempestivo solicitado por familiar legalmente legitimado para tal ato.

Além disso, a Ex-presidente praticava advocacia para algumas famílias, utilizando seu cargo e estrutura do Ministério Público Federal, como afirmou textualmente em uma oportunidade. Inclusive, em sua gestão houve nítida atuação antiética, pois a referida senhora ajuizou a ação civil que discute o caso do Cemitério Dom Bosco em face da União e, após ser nomeada para presidir a CEMDP, passou a negociar, no gabinete de conciliação, os termos do acordo ao lado da União, algo totalmente despropositado e típico de quem ignora as mínimas regras de ética para servir a uma ideologia.

Assim, esta presidência, passou a adotar uma postura de estrito cumprimento da Lei que rege o assunto, sem fazer qualquer concessão ou atuar de maneira casuística. Os trabalhos seguirão sob tal direção até a sua conclusão com a confecção do nosso relatório final, como prevê a Lei.

1. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pela presidência da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos para assegurar a continuidade dos trabalhos da comissão?

A Comissão continua e continuará levando a termos suas obrigações legais, tendo como base sua Lei de regência, a saber, a Lei nº 9.140/95. Nesse sentido, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos mantém, em sua estrutura, a Coordenação-Geral de Desaparecidos, que presta todo o suporte necessário à CEMDP e investe recursos públicos para a continuidade dos trabalhos e, principalmente, para a solução dos casos pendentes, em especial os relativos à vala clandestina do Cemitério Dom Bosco (Perus, São Paulo) e à Guerrilha do Araguaia, ambos objeto de ações judiciais.

2. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para descoberta de corpos de desaparecidos políticos em Palmas do Monte Alto/BA?

Dada a existência de relatos que remetiam à possibilidade de que o desaparecido político João Leonardo da Silva Rocha houvesse sido enterrado na região, foi realizada missão técnica a Palmas do Monte Alto, em 2017, que contou com a presença de peritos forenses, incluído o Coordenador Científico da CEMDP, Dr. Samuel Ferreira. Remanescentes ósseos pertencentes a um indivíduo foram exumados no Cemitério de Palmas do Monte Alto, onde foram submetidos a análise preliminar e, posteriormente, encaminhados ao IML de Salvador, onde foram submetidos a análise complementar. Foi coletada amostra de material genético do único familiar próximo vivo, que acompanhou as escavações. A CEMDP pretende encaminhar o material genético para análise da *International Commission on Missing Persons* - ICMP, tão logo nova revisão da Carta Acordo com a Instituição seja feita.

3. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para finalização das exumações pendentes em Palmas do Monte Alto/BA?

Ver resposta à pergunta 2. Acrescente-se que, antes de serem realizadas novas exumações em Palmas do Monte Alto, os remanescentes ósseos já exumados devem passar pela comparação de DNA na ICMP.

4. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para descoberta de corpos de desaparecidos políticos no Cemitério Dom Bosco (Cemitério de Perus), de São Paulo?

O caso do Cemitério Dom Bosco é discutido no âmbito da Ação Civil Pública (ACP) nº 0000063-68.2017.4.03.6900, em trâmite no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, mais especificamente em seu Gabinete de Conciliação. Qualquer situação que envolva o referido Cemitério deve ser discutida no âmbito da Ação.

5. Foram realizadas pesquisas para mapeamento do Cemitério Dom Bosco (Cemitério de Perus), de São Paulo, e para verificação da exatidão das informações sobre as sepulturas constantes nos antigos livros e guias do cemitério estão corretas? Se não, por qual razão tal trabalho não foi realizado?

Não foi feito mapeamento do Cemitério, que foi totalmente redesenhado há muitos anos e cuja planta original não foi encontrada.

6. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para adequação do mapeamento do Cemitério Dom Bosco (Cemitério de Perus), de São Paulo?

Ver resposta à pergunta 5.

7. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para identificação e individualização dos ossos encontrados no Cemitério Dom Bosco (Cemitério de Perus), de São Paulo?

Além da coleta de amostras de DNA dos familiares dos desaparecidos, os remanescentes ósseos encontrados em Perus estão passando por análises antropológico-forenses realizadas por profissionais contratados via convênio com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com o Município de São Paulo, bem como por peritos forenses de várias

localidades do país. As análises são realizadas no Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/UNIFESP).

Em abril de 2020, foi assinado Termo Aditivo à Carta Acordo com a ICMP, no âmbito do Projeto de Cooperação Internacional PNUD/BRA/15/006 - "*Fortalecimento dos Mecanismos de Justiça de Transição no Brasil*", de que também são partes o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Ressalte-se que o objetivo da Carta Acordo é finalizar os trabalhos de identificação genética dos remanescentes ósseos de Perus.

8. Por meio de qual entidade o ministério ou órgãos a ele subordinados planeja realizar os trabalhos de identificação genética dos ossos encontrados no Cemitério Dom Bosco (Cemitério de Perus), de São Paulo? Se a resposta for por meio de contratação de uma entidade privada, em que fase se encontra a contratação?

Os trabalhos de identificação genética já estão sendo feitos pela *International Commission on Missing Persons - ICMP*, organismo internacional especializado na análise de ossadas humanas recentes. O 3º Termo Aditivo à Carta Acordo com a organização foi assinado em abril/2020. O referido Termo tem o objetivo precípuo de permitir a finalização dos trabalhos de identificação genética dos remanescentes ósseos de Perus.

9. Como estão sendo armazenados os materiais genéticos encontrados no Cemitério Dom Bosco (Cemitério de Perus), de São Paulo?

Os materiais genéticos estão armazenados da mesma forma como o eram à época da Presidência da Dra. Eugênia Gonzaga e de Presidentes anteriores. Com a nova Presidência, foi solicitado à Administração do MMFDH local mais seguro para a guarda das amostras genéticas aos cuidados do Ministério, o que está sendo providenciado para muito em breve (as dependências do MMFDH estão atualmente em processo de reforma). Outras amostras encontram-se no CAAF/UNIFESP.

10. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para descoberta de corpos de desaparecidos políticos no Cemitério de Vila Formosa, de São Paulo?

Em 2010, foram realizadas buscas visando a localização de restos mortais em ossuário localizado no Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo. As exumações oriundas do local não resultaram em identificações de desaparecidos políticos. Os restos mortais respectivos foram encaminhados para o Instituto Médico Legal do Estado de São Paulo. No momento, não há buscas adicionais sendo feitas pela CEMDP no referido Cemitério.

11. Foram realizadas pesquisas para mapeamento do Cemitério de Vila Formosa, de São Paulo, e verificação se as informações sobre as sepulturas constantes nos antigos livros e guias do cemitério estão corretas? Se não, por qual razão tal trabalho não foi realizado?

Não foi feito mapeamento do Cemitério de Vila Formosa. Cabe recordar que o mencionado Cemitério é considerado o maior da América Latina. O trabalho sugerido demandaria recursos pecuniários e humanos que ainda não estão disponíveis.

12. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para adequação do mapeamento do Cemitério de Vila Formosa, de São Paulo?

Ver resposta à pergunta 11.

13. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para descoberta de corpos de desaparecidos políticos jogados no Rio Novo, de São Paulo?

Não há indícios suficientes que justifiquem novas medidas por parte da Comissão, em especial porque aquelas já tomadas não resultaram em qualquer informação relevante. A CEMDP expediu ofícios para diversas Delegacias de Polícia da região, por meio dos quais solicitava cópias dos laudos necroscópicos e de sepultamento de desconhecidos realizados nos cemitérios locais no período de fevereiro a dezembro de 1975, época em que há relatos de que alguns corpos de

desaparecidos políticos teriam sido depositados no Rio Novo. As respostas encaminhadas pelos órgãos policiais foram inconclusivas. Julga-se que novas tentativas seriam cabíveis somente com a existência de novos indícios.

14. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para descoberta de corpos de desaparecidos políticos no Cemitério de Ricardo Albuquerque, do Rio de Janeiro?

O histórico de buscas no Cemitério Ricardo de Albuquerque apresenta quadro pouco alentador sobre as reais possibilidades de identificação de remanescentes ósseos de desaparecidos políticos no local. Foi feita exumação de algumas ossadas na tentativa de realizar análise do material genético destes corpos. À época, no entanto, conclui-se que, por terem ficado muitos anos enterradas, as ossadas estavam em estado de conservação que praticamente inviabilizava a identificação genética dos remanescentes. Diante disso, os próprios familiares tomaram a decisão de interromper os trabalhos de identificação e construíram o Memorial do Cemitério Ricardo de Albuquerque, em homenagem aos desaparecidos políticos que poderiam ter sido inumados na Instituição. Esse memorial foi construído na área da vala clandestina onde os remanescentes foram encontrados e inclui um ossuário onde se encontram os remanescentes recolhidos durante a exumação. O Memorial contém quatorze totens de concreto, de superfície frontal espelhada, cada um com o nome de um dos desaparecidos políticos identificados em pesquisa do Grupo Tortura Nunca Mais-RJ.

Em tentativa posterior, missão da CEMDP ao Cemitério não obteve êxito em sua tentativa de examinar as ossadas, pelo fato de as chaves do ossuário não estarem disponíveis no local.

15. Foram realizadas pesquisas para mapeamento do Cemitério de Ricardo Albuquerque, do Rio de Janeiro, e para verificação da exatidão das informações sobre as sepulturas constantes nos antigos livros e guias do cemitério? Se não, por qual razão tal trabalho não foi realizado?

As referidas pesquisas não foram realizadas, dada a insuficiência de recursos e a priorização de casos com indícios mais fortes, como Perus e Araguaia.

16. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para adequação do mapeamento do Cemitério de Ricardo Albuquerque, do Rio de Janeiro?

Ver respostas às perguntas 14 e 15.

17. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para identificação e individualização dos ossos encontrados no Cemitério de Ricardo Albuquerque, do Rio de Janeiro?

Ver respostas às perguntas 14 e 15. Acrescente-se que foi firmado, em 2017, protocolo de intenções entre a CEMDP e a Caixa de Assistência aos Advogados do Rio de Janeiro - CAAR/RJ sobre possíveis análises para identificação de remanescentes ósseos oriundos do referido Cemitério. Em maio de 2019, todavia, a ex-Presidente da CEMDP, Dra. Eugênia Gonzaga, rescindiu a parceria devido à demissão de uma colaboradora do projeto à época.

18. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para descoberta de corpos de desaparecidos políticos nos Cemitérios de Santo Amaro e da Várzea, de Pernambuco?

A CEMDP não está realizando missões de busca e localização em Pernambuco.

19. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para localização dos corpos de Gildo Macedo Lacerda e Soledad B. Viedma?

Os requerimentos sobre Gildo Macedo Lacerda e Soledad B. Viedma referem-se somente a pedidos de atestados de óbito. No caso do desaparecido Gildo, foi encaminhado, à 2ª Vara de Registros Públicos de São Paulo, ofício acompanhado do atestado de óbito retificado. No caso da desaparecida Soledad, a certidão de óbito foi encaminhada diretamente aos interessados.

20. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para descoberta de corpos de desaparecidos políticos na região do Araguaia?

O Estado brasileiro despendeu montante considerável em 36 expedições ao Araguaia. O total aproximado está, em valores atualizados, na casa dos R\$ 23.596.332,19. Cabe ressaltar que tal valor comprova o mais alto compromisso do Estado brasileiro, ao longo das últimas décadas, em buscar respostas para os desaparecimentos no âmbito da Guerrilha do Araguaia, em especial com o objetivo de obter respostas para os familiares dos desaparecidos.

Mesmo com todo o esforço empreendido, no entanto, somente foi possível identificar dois indivíduos, cujos corpos foram encontrados durante as três expedições realizadas por familiares (anteriores ao envolvimento do Estado). Em suma, das 36 expedições "oficiais", nenhuma identificação resultou até agora, embora haja 29 remanescentes ósseos à espera de identificação.

Neste particular, a CEMDP pretende enviar, com a brevidade possível (assim que houver recursos disponíveis) e pendente de aprovação pelo Juízo Federal responsável pelo processo, amostras destes remanescentes ao *International Commission on Missing Persons - ICMP*, para análise genética.

Diante dos dados apresentados, considerada a ausência de fortes indícios que sejam atualmente de conhecimento do Estado brasileiro, após décadas de pesquisas em arquivos e de numerosas expedições de busca e localização em locais indicados por familiares, testemunhas, historiadores e outros especialistas no caso, bem como de outras diligências cabíveis, não há razão iminente para a realização de novas expedições de ordem antropológico-forense à região do Araguaia. Diante da ausência de novos indícios, a chance de encontrar-se remanescentes ósseos dos desaparecidos é virtualmente inexistente. Caso surjam novas evidências ou indícios, todavia, o Estado brasileiro voltará a envidar esforços para a localização de tais remanescentes.

21. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para realizar a identificação genética dos ossos encontrados pelas expedições do Grupo de Trabalho Araguaia?

O MMFDH está buscando audiência com a Juíza Federal do caso com o intuito de solicitar autorização para o envio ao ICMP, para análise genética, do material a ser extraído das referidas ossadas.

22. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para adequada preservação do material genético dos ossos encontrados pelas expedições do Grupo de Trabalho Araguaia?

Ver resposta à pergunta 9, válida também para o Caso Araguaia.

23. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para descoberta de corpos de desaparecidos políticos nos cemitérios de Santa Isabel, São Geraldo, Xambioá e Marabá?

Dos quatro cemitérios mencionados, três deles - Xambioá, São Geraldo e Santa Isabel - receberam missões do Estado brasileiro. As 29 ossadas que se encontram na UNB são oriundas destes locais. Antes de completar sua análise, não seria oportuno iniciar novas buscas, em especial tendo em vista a resposta à pergunta 20. O cemitério de Marabá ainda não foi objeto de buscas.

24. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para constituição de espaços e marcos de memória relativos à ditadura militar?

Os recursos financeiros atualmente disponíveis para a CEMDP e para o MMFDH na área do Direito à Memória e à Verdade estão sendo utilizados na finalização dos trabalhos relativos à vala clandestina do Cemitério Dom Bosco, em Perus, São Paulo, tema que se encontra sob conciliação judicial. Eventuais novas iniciativas necessitariam de novos investimentos, atualmente dificultados pela grave crise fiscal do Estado brasileiro.

25. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para recuperação dos memoriais existentes no cemitério de Vila Formosa ("Para não dizer que não falei das flores") e no cemitério de Ricardo Albuquerque?

26. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para transformação da Casa Azul, hoje do DNIT, em Marabá, em espaço de memória?

27. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para transformação da Casa da Morte (Petrópolis), e dos DOPS do Rio de Janeiro e São Paulo em espaços de memória?

28. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para transformação do Doppinha, em Porto Alegre, em espaço de memória?

29. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para reconstituição das bases de Xambioá e Bacaba?

A RESPOSTA ABAIXO ENGLOBA TODAS AS PERGUNTAS AGRUPADAS ACIMA.

Relativamente ao Cemitério Ricardo de Albuquerque, ver resposta 14.

Quanto a Perus, a Prefeitura Municipal de São Paulo será a responsável por apresentar propostas de local apropriado de Memorial, de acordo com a Lei de regulação dos cemitérios da cidade de São Paulo, para garantir, sob a guarda do Município, o armazenamento definitivo e a guarda dos remanescentes ósseos exumados do Cemitério Dom Bosco, em Perus, após o término dos trabalhos de análise e identificação já mencionados.

Sobre os demais locais, cabe recordar que o Estado brasileiro, incluídos outros entes da Federação além da União, já empreendeu inúmeras iniciativas, nas últimas décadas, relativas ao Direito à Memória e à Verdade. Atualmente, não há previsão orçamentária, no âmbito do MMFDH, para outros projetos como os citados nas perguntas anteriores. O entendimento predominante sobre o tema não estipula limite temporal para novas atividades nesta área, mas a sociedade brasileira terá de decidir se cabe o contínuo dispêndio em mais projetos de Direito à Memória e à Verdade. Do ponto de vista do reconhecimento e da reparação pecuniária, pode-se dizer que todos os que buscaram o Estado foram atendidos, respeitadas as limitações legais.

30. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para conclusão do Memorial da Anistia em Belo Horizonte?

O Memorial da Anistia encontra-se com sérias pendências de ordem administrativa, pois a obra não foi concluída em razão de danos irreversíveis causados no prédio do antigo "Coleginho". O prédio administrativo foi construído, mas sua obra foi paralisada na fase de acabamento. A União firmou convênio com a UFMG sobre o tema, o qual se encontra em fase de tomada de contas justamente pela não finalização de suas etapas anteriores. Atualmente, o Ministério não possui recursos para a finalização da obra, e, enquanto não houver solução para os problemas encontrados, inclusive no que concerne à mencionada tomada de contas, nenhum valor será repassado à UFMG.

31. O que o ministério e os órgãos a ele subordinados pretendem fazer com os materiais não biológicos oriundos da base de Xambioá encontrados pelo Grupo de Trabalho Araguaia? Há algum planejamento para sua preservação?

O Ministério tomou conhecimento, de modo informal, que os materiais referidos se encontram no Museu de Arqueologia da Universidade de São Paulo (USP). Nenhum documento formal, no entanto, foi encontrado, em arquivo, sobre eventuais tratativas de gestões anteriores do MMFDH ou da CEMDP com representantes da Universidade cujo objeto fosse a transferência do material para o Museu.

32. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para preservação da exposição "Ausências"? O que pretende ser feito com essa exposição?

O material encontra-se sob guarda deste Ministério tal qual estava na gestão anterior, acondicionado em caixas fechadas com cadeados.

Atenciosamente,

(documento assinado eletronicamente)

MARCO VINICIUS PEREIRA DE CARVALHO

Presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - CEMDP



Documento assinado eletronicamente por **Marco Vinicius Pereira de Carvalho, Presidente da CEMDP**, em 05/10/2020, às 15:15, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1364799** e o código CRC **720FB67E**.

Referência: Caso responda este ofício, indicar expressamente o Processo nº 491433/2020

SEI nº 1364799

Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 9º Andar - Zona Cívica-Administrativa - Telefone:

CEP 70054-906 - Brasília/DF - <http://www.mdh.gov.br> - E-mail para resposta: protocologeral@mdh.gov.br

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº /2020

(Da Sra. Natália Bonavides)

Requer informações à de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, sobre a implementação de política de memória e verdade pelo ministério e a atividade da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

Senhor Presidente:

No exercício das competências, prerrogativas e responsabilidades insertas nos artigos 49, X e 50, §2º, da Constituição Federal e, na forma do artigo 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações à senhora ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, DAMARES ALVES, relativamente às ações tomadas por esse ministério para efetivação da política pública de memória e verdade e às atividades da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

Na ocasião da troca de presidência da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, foi elaborado pela ex-presidenta da Comissão, a sra. Eugênia Augusta Gonzaga, um relatório sobre as atividades da comissão entre os anos de 2014 e 2019 elencando medidas que ainda precisariam ser adotadas. Desse modo, para que possamos acompanhar as atividades exercidas pela Comissão na persecução de seus objetivos e verificar se houve continuidade nas investigações empreendidas, se impõe a realização dos seguintes questionamentos:

1. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pela presidência da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos para assegurar a continuidade dos trabalhos da comissão?

Apresentação: 13/08/2020 18:30 - Mesa

RIC n.1001/2020

Documento eletrônico assinado por Natália Bonavides (PT/RN), através do ponto SDR_56126, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

* CD 205524346600 *



2. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para descoberta de corpos de desaparecidos políticos em Palmas do Monte Alto/BA?
3. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para finalização das exumações pendentes em Palmas do Monte Alto/BA?
4. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para descoberta de corpos de desaparecidos políticos no Cemitério Dom Bosco (Cemitério de Perus), de São Paulo?
5. Foram realizadas pesquisas para mapeamento do Cemitério Dom Bosco (Cemitério de Perus), de São Paulo, e para verificação da exatidão das informações sobre as sepulturas constantes nos antigos livros e guias do cemitério estão corretas? Se não, por qual razão tal trabalho não foi realizado?
6. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para adequação do mapeamento do Cemitério Dom Bosco (Cemitério de Perus), de São Paulo?
7. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para identificação e individualização dos ossos encontrados no Cemitério Dom Bosco (Cemitério de Perus), de São Paulo?
8. Por meio de qual entidade o ministério ou órgãos a ele subordinados planeja realizar os trabalhos de identificação genética dos ossos encontrados no Cemitério Dom Bosco (Cemitério de Perus), de São Paulo? Se a resposta for por meio de contratação de uma entidade privada, em que fase se encontra a contratação?
9. Como estão sendo armazenados os materiais genéticos encontrados no Cemitério Dom Bosco (Cemitério de Perus), de São Paulo?
10. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para descoberta de corpos de desaparecidos políticos no Cemitério de Vila Formosa, de São Paulo?
11. Foram realizadas pesquisas para mapeamento do Cemitério de Vila Formosa, de São Paulo, e verificação se as informações sobre as sepulturas constantes nos antigos livros e guias do cemitério estão corretas? Se não, por qual razão tal trabalho não foi realizado?



12. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para adequação do mapeamento do Cemitério de Vila Formosa, de São Paulo?
13. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para descoberta de corpos de desaparecidos políticos jogados no Rio Novo, de São Paulo?
14. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para descoberta de corpos de desaparecidos políticos no Cemitério de Ricardo Albuquerque, do Rio de Janeiro?
15. Foram realizadas pesquisas para mapeamento do Cemitério de Ricardo Albuquerque, do Rio de Janeiro, e para verificação da exatidão das informações sobre as sepulturas constantes nos antigos livros e guias do cemitério? Se não, por qual razão tal trabalho não foi realizado?
16. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para adequação do mapeamento do Cemitério de Ricardo Albuquerque, do Rio de Janeiro?
17. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para identificação e individualização dos ossos encontrados no Cemitério de Ricardo Albuquerque, do Rio de Janeiro?
18. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para descoberta de corpos de desaparecidos políticos nos Cemitérios de Santo Amaro e da Várzea, de Pernambuco?
19. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para localização dos corpos de Gildo Macedo Lacerda e Soledad B. Viedma?
20. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para descoberta de corpos de desaparecidos políticos na região do Araguaia?
21. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para realizar a identificação genética dos ossos encontrados pelas expedições do Grupo de Trabalho Araguaia?
22. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para adequada preservação do material genético dos ossos encontrados pelas expedições do Grupo de Trabalho Araguaia?



23. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para descoberta de corpos de desaparecidos políticos nos cemitérios de Santa Isabel, São Geraldo, Xambioá e Marabá?
24. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para constituição de espaços e marcos de memória relativos à ditadura militar?
25. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para recuperação dos memoriais existentes no cemitério de Vila Formosa (“Para não dizer que não falei das flores”) e no cemitério de Ricardo Albuquerque?
26. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para transformação da Casa Azul, hoje do DNIT, em Marabá, em espaço de memória?
27. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para transformação da Casa da Morte (Petrópolis), e dos DOPS do Rio de Janeiro e São Paulo em espaços de memória?
28. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para transformação do Doppinha, em Porto Alegre, em espaço de memória?
29. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para reconstituição das bases de Xambioá e Bacaba?
30. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para conclusão do Memorial da Anistia em Belo Horizonte?
31. O que o ministério e os órgãos a ele subordinados pretendem fazer com os materiais não biológicos oriundos da base de Xambioá encontrados pelo Grupo de Trabalho Araguaia? Há algum planejamento para sua preservação?
32. Quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério e pelos órgãos a ele subordinados para preservação da exposição “Ausências”? O que pretende ser feito com essa exposição?

JUSTIFICAÇÃO



A Constituição Federal de 1988 foi fruto do processo de transição do sistema político-institucional brasileiro de um regime autoritário, de exceção, para um regime de enunciado democrático. Não por outra razão, o texto constitucional reconhece nos atos das disposições constitucionais transitórias, em seu art. 8º, que o Brasil viveu um período de exceção e cria ali o sistema constitucional de reparação de vítimas de atos de exceção do Estado brasileiro.

No núcleo da identidade da ordem constitucional forjada pela Constituição Federal está o repúdio à ditadura que se depunha com o movimento constituinte que fundou a Nova República. Nesse mesmo sentido, o texto constitucional brasileiro estabelece em seu art. 1º como fundamentos do Estado criado por aquele ato constituinte a pluralidade política e a dignidade da pessoa humana. E é exatamente por isso que a carta constitucional brasileira reconhece ainda em seu art. 5º, III e XLIII a prática de tortura como um crime inafiançável e inaceitável no Estado Democrático de Direito que emergiu a partir da Constituição Federal de 1988.

A ordem constitucional brasileira se opõe textualmente ao regime que se instalou no Brasil com a ilegítima deposição do presidente João Goulart, seja por reconhecer em suas disposições constitucionais transitórias o regime de 1964 como de exceção, seja por estabelecer no seu fundamento material princípios que se opõem às práticas autoritárias do regime militar. Por essa razão, criou um sistema de reparação das vítimas do regime da ditadura militar. Desse modo, decorre da ordem constitucional de 1988 o dever do Estado brasileiro de instituir políticas públicas de reparação, memória e verdade quanto ao período de exceção derrotado pelo processo constituinte de 1987-1988.

Em decisão de condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Herzog e outros Vs Brasil, resta reconhecida a existência do direito à verdade de titularidade de toda a sociedade e das vítimas dos atos de exceção, *in verbis*:

O Tribunal constata que, com efeito, o Brasil envidou diversos esforços para atender ao direito à verdade das vítimas do presente caso e da sociedade em geral. A Corte avalia positivamente a criação e os respectivos relatórios da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, bem como da Comissão Nacional da Verdade. Este Tribunal considerou, anteriormente, que esse tipo de esforço contribui para a construção e preservação da memória histórica, para o esclarecimento de fatos e para a determinação de



responsabilidades institucionais, sociais e políticas em determinados períodos históricos de uma sociedade. **Sem prejuízo do exposto, em conformidade com a jurisprudência constante deste Tribunal, a “verdade histórica” que possa resultar desse tipo de esforço, de nenhuma forma, substitui ou dá por atendida a obrigação do Estado de estabelecer a verdade e assegurar a determinação judicial de responsabilidades individuais, por meio dos processos judiciais penais.**

Inclusive, os trabalhos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos garantem que o Brasil cumpra o estabelecido em decisões da corte mencionada que condenaram o Estado brasileiro à reparação da sociedade e das vítimas dos atos de exceção da ditadura militar. Dessa forma, garantir a continuidade dos seus trabalhos e a efetivação de uma política pública de memória, verdade e justiça é um dever de Estado que deve ser seguido por qualquer governo, seja qual for sua orientação ideológica. Na ocasião da troca de presidência da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, foi elaborada pela ex-presidenta da Comissão, a sra. Eugênia Augusta Gonzaga, um relatório sobre as atividades da comissão entre os anos de 2014 e 2019 elencando medidas que ainda precisariam ser adotadas. Desse modo, para que possamos acompanhar as atividades exercidas pela Comissão na persecução de seus objetivos e verificar se houve continuidade nas investigações empreendidas, se impõe a realização dos quesitos expostos no Requerimento de Informação.

Sala das sessões, 12 de agosto de 2020

Deputada Natália Bonavides
(PT/RN)

Apresentação: 13/08/2020 13:30 - Mesa

RIC n.1001/2020

Documento eletrônico assinado por Natália Bonavides (PT/RN), através do ponto SDR_56126, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

* C D 2 0 5 5 2 4 3 4 6 6 0 0 *



Ofício 1ªSec/RI/E/nº 1423

Brasília, 21 de agosto de 2020.

A Sua Excelência a Senhora

DAMARES REGINA ALVES

Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Assunto: **Requerimento de Informação**

Senhora Ministra,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, encaminho a Vossa Excelência cópia(s) do(s) seguinte(s) Requerimento(s) de Informação:

PROPOSIÇÃO	AUTOR
Requerimento de Informação nº 995/2020	Deputado Léo Moraes
Requerimento de Informação nº 1.001/2020	Deputada Natália Bonavides

Por oportuno, solicito, na eventualidade de a informação requerida ser de natureza sigilosa, seja enviada também cópia da decisão de classificação proferida pela autoridade competente, ou termo equivalente, contendo todos os elementos elencados no art. 28 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), ou, caso se trate de outras hipóteses legais de sigilo, seja mencionado expressamente o dispositivo legal que fundamenta o sigilo. Em qualquer caso, solicito ainda que os documentos sigilosos estejam acondicionados em invólucro lacrado e rubricado, com indicação ostensiva do grau ou espécie de sigilo.

Atenciosamente,

- **NOTA: os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente.**

/DFO



Ofício 1ªSec/RI/E/nº 1423

Brasília, 21 de agosto de 2020.

Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária

- NOTA: os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente.

/DFO



Documento assinado por: Dep. Soraya Santos
Selo digital de segurança: 2020-NHWE-YJUX-XDIE-XBHH.